

Horizonte Incerto

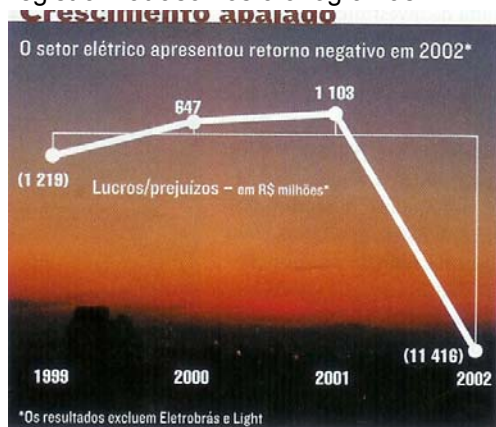
Especialistas acreditam que o modelo de energia do novo governo não vai atrair investimentos para o setor

Por JIANE CARVALHO

Investimentos com baixa perspectiva de retorno, ausência de um marco regulatório estável e sobra conjuntural de energia. Embora a situação hoje seja confortável - há um excesso de 10% de energia gerada no País em virtude do baixo consumo -, esses fatores alimentam o temor de um novo apagão. A possibilidade foi reconhecida como real pela própria ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff. "Um dos cenários em estudo pelo ministério é o de falta de energia a partir de 2007", revela a ministra. A divulgação das linhas gerais do novo modelo do setor elétrico, cujo principal objetivo é atrair investimentos em geração, é o começo de uma batalha não apenas contra o tempo, mas principalmente contra a desconfiança dos investidores.

A estagnação pela qual passa o setor elétrico é uma das heranças do racionamento, que terminou no começo de 2002. Para afastar o risco de um apagão, os consumidores adquiriram equipamentos mais econômicos e mudaram seus hábitos para atingir as metas de redução de consumo fixadas pelo governo da época. O resultado é que até hoje os níveis de consumo de energia ainda não voltaram ao normal, estando próximo do patamar registrado em 1999. A ausência de mercado para os 7,5 mil MW de energia excedente é um dos fatores que desestimulam investimentos em geração, necessários para suprir a demanda futura. Mas, mesmo com o excedente atual, a urgência com que empresas da área e o próprio governo têm tratado a necessidade de atrair recursos para o setor se justifica. Uma hidrelétrica que teve a construção iniciada este ano, por exemplo, só entrará em operação num prazo médio de quatro anos.

Mais: dos 39 projetos que compõem o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) - criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso durante o racionamento, como alternativa rápida de aumentar a capacidade de geração -, apenas dez foram concluídos. Dos outros 29, 24 estão suspensos ou atrasados e cinco têm andamento normal. Segundo a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), dos 6 mil MW previstos para entrar no sistema este ano, só 2 mil devem sair do papel. Em hidrelétricidade, a situação não é diferente. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que, das 51 usinas autorizadas com mais de 30 MW de potência, 30 não foram iniciadas e, das 20 que saíram do papel, cinco registram atraso nos cronogramas.

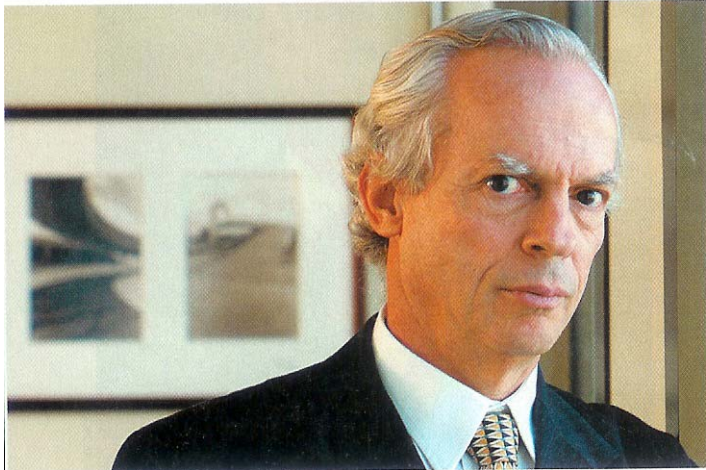


importação dos equipamentos, com prejuízos para o País."

Críticas - A necessidade de medidas que dêem novo estímulo ao segmento pode ser dimensionada pelos números de um levantamento da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib). A entidade estima que o setor de energia precisa de US\$ 82 bilhões em investimentos até 2020, para acompanhar um crescimento do PIB de 3% ao ano a partir de 2004. Um marco regulatório estável, embora indispensável para atrair os investidores privados, por si só não é suficiente para atingir o objetivo.

A estagnação do setor também é visível na carteira de pedidos dos fabricantes de equipamentos para a área de GTD (geração, transmissão e distribuição). Segundo Newton Duarte, diretor da área de GTD da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a ociosidade das indústrias que atuam nesse segmento chega a 60%, e pode piorar ainda mais. "Há um ano e meio, o setor empregava 30 mil pessoas, hoje esse número não passa de 24 mil, e a tendência é de novas demissões." Duarte, que também é diretor-geral de energia e transmissão da Siemens - fornecedora de equipamentos para o setor -, alerta para o risco de um desmantelamento das indústrias. "No futuro, quando os investimentos voltarem, os fornecedores poderão estar desestruturados e sem condições de atender à demanda, deixando como única alternativa a

As linhas gerais do novo modelo do setor mal foram anunciadas pelo Ministério das Minas e Energia e já recebem as primeiras críticas exatamente do público a que se propõe a agradar. Para Claudio Salles, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), o principal equívoco do novo modelo é ter como objetivo quase exclusivo estimular a construção de novas usinas pela garantia de compra da energia. A idéia do ministério é criar um pool formado pelas 64 distribuidoras do País para comprar a energia gerada. O preço a ser pago seria um valor médio entre o custo da chamada energia velha (mais barata por ser de usinas antigas, já amortizadas) e a nova (mais cara por ser de empreendimentos recentes).



MASAO GOTO FILHO

Na opinião de Salles, essa proposta não tem condições de descongelar os financiamentos para o setor. "O pool vai ser formado por distribuidoras em péssima situação financeira e com a capacidade de pagamento comprometida", diz. "Enquanto os bancos financiadores não perceberem que as distribuidoras têm condições de cumprir contratos de longo prazo para a compra de energia das geradoras, os interessados em construir novas usinas não vão conseguir financiamento."

No ano passado, os resultados financeiros das elétricas foram os piores desde as privatizações, em virtude do baixo consumo e do peso da variação cambial

sobre as dívidas (veja gráfico). As duas maiores distribuidoras do País vivem um momento delicado. A Eletropaulo, com prejuízo de R\$ 870 milhões, pode ter suas ações leiloadas por causa de uma dívida de sua controladora, a AES, com o BNDES, no valor de US\$ 1,2 bilhão. Já a Light, que tem mais de R\$ 4,9 bilhões em dívidas, suspendeu este ano os pagamentos aos bancos. Decisões como a da Light e da AES só reforçam a desconfiança dos investidores em relação ao setor.

Empréstimos - Um exemplo de prejuízo provocado pela falta de regras claras é o adiamento do repasse para a tarifa dos chamados custos não gerenciáveis, o que inclui a variação do dólar na compra da energia de Itaipu. As distribuidoras tinham direito a fazer o repasse neste ano, mas o governo, para reduzir o reajuste das tarifas, adiou o repasse para o ano que vem. No lugar, promete dar novo empréstimo ao setor, a título de antecipação da receita. "Na prática, este tipo de medida só aumenta o endividamentodas empresas e a desconfiança dos investidores", diz Salles. A concessão de novos empréstimos também não agrada ao mercado. Pedro Batista, analista do Pactua!, por exemplo, considera mais importante o governo rever a fórmula de cálculo das revisões tarifárias, malconduzidas neste ano. "Além de provocar um rombo nas contas das empresas, decisões como a de adiar o repasse dos custos não gerenciáveis para a tarifa não são vistos com bons olhos pelos investidores", diz. O analista acredita que os investidores vão esperar, no mínimo, de dois a três anos para ter certeza da estabilidade do novo marco regulatório. "Não vai ser dado ao Brasil o benefício da dúvida", alerta Batista.

Reformulação - Outro ponto do novo modelo criticado por Batista se refere à formação do preço da energia a ser adquirida pelo pool. A fixação de um preço médio, para ele, é quase como um subsídio, o que vai desestimular investimentos em autoprodução, principalmente no caso das chamadas eletrointensivas - cujos gastos com energia podem representar 40% dos custos totais. "Com uma tarifa baixa, quem vai querer desviar recursos do foco de seu negócio para construir uma usina, como muitas fizeram depois do racionamento?" O problema, segundo o analista, é que no médio prazo todos vão pagar a conta pela falta de investimentos hoje.

A possibilidade de um novo racionamento em 2007 preocupa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Para se proteger e evitar o que ocorreu no racionamento, quando 40% das indústrias paulistas tiveram de reduzir a produção, Pio Gavazzi, diretor titular do departamento de infra-estrutura (Deinfra) da entidade, aponta como alternativas o investimento em autoprodução, em co-geração ou mesmo se tornar um consumidor livre.

Luz enfraquecida

Sem uma regulamentação eficiente, o desempenho das empresas do setor de energia pode ficar ainda pior

- em R\$ bilhões



reduzir o preço pago pela energia, as empresas podem fechar contratos mais longos, garantindo o fornecimento do insumo no período em que existe a possibilidade de um novo racionamento", diz Gavazzi. O problema, reclama ele, é que medidas do governo podem inviabilizar o livre mercado.

Na proposta de reformulação do setor, o ministério das Minas e Energia quer alterar de seis meses para cinco anos o prazo de antecedência que uma empresa tem de comunicar o fornecedor de sua opção pelo livre-consumo. "Cinco anos é um prazo muito grande para que uma decisão como esta seja tomada", diz Gavazzi. "Além disso, o ideal é que o pré-requisito para ser tornar consumidora livre caia de 3MW de consumo para 0,5 MW, abrindo esta possibilidade para muitas outras empresas."

A mudança sugerida pelo ministério também preocupa José Roberto Giannotti, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace). Embora reconheça a necessidade de alterar o modelo atual para atrair investimentos e evitar um novo racionamento, ele alerta para a necessidade de não comprometer os avanços alcançados nos últimos anos, como o surgimento do livre-mercado e os ganhos de eficiência, fruto da competição no setor. Desde que a Carbocloro se tornou a primeira consumidora livre do país, em 1999, este mercado vem crescendo a uma taxa média anual de dois pontos percentuais. Hoje, 14% das grandes indústrias negociam livremente sua energia. Os grandes consumidores apóiam mudanças que viabilizem o aumento da capacidade de geração do País, contanto que elas não comprometam ainda mais os ganhos de produtividade alcançados até agora pela indústria nacional.